

EDITORIAL

Estamos bastante orgulhosos com a publicação do terceiro número de 2012 da *Perspectiva*. Esse ano inauguramos sua publicação quadrimestral, o que nos permite acolher maior número de dossiês e artigos de demanda contínua. A procura pela revista tem aumentado significativamente e creditamos esse movimento a vários fatores, mas inegavelmente um deles refere-se à sua qualificação na avaliação da CAPES como A2. Outro fator relaciona-se à sua configuração como importante periódico na área, a seu papel de difusora do conhecimento científico produzido por importantes intelectuais, cujas publicações têm permitido o aprofundamento do debate sobre a Educação no Brasil.

O Dossiê desse número – **Literatura, Infância e Ensino** – foi organizado por Eliane Santana Dias Debus, professora da Universidade Federal de Santa Catarina, e Simone Cristiane Silveira Cintra, pós-doutoranda na mesma universidade. Além dos artigos que o compõem, temos os de demanda contínua que levantam questionamentos bastante pertinentes para nossa área. No primeiro deles – **Quando o REUNI aderiu à Universidade** – de José Renato Bez de Gregório, Viviane de Souza Rodrigues, da Universidade Federal Fluminense, e Deise Mancebo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, analisam-se as “recentes reconfigurações das universidades federais (IFES) no país” e sua relação com o governo federal, reitores e outros setores. Tematizam-se as mudanças político-pedagógicas da primeira década do século XXI nas universidades decorrentes da contrarreforma da educação superior. Privilegiando documentos institucionais assinalam as suas orientações, concluindo que o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) ampliou e legitimou a reforma que vinha sendo adotada nas IFES.

Em **Terceiro Setor, Teoria das Organizações e qualidade na Educação** Marilda de Oliveira Costa, da Universidade do Estado de Mato Grosso, apresenta resultados de sua Tese de Doutorado discutindo a noção de “qualidade da educação” presente nos materiais instrucionais de uma entidade do Terceiro Setor de um município brasileiro, a partir do final dos anos de 1990. Segundo a autora, a “ideia de qualidade veiculada nesses materiais é tomada de empréstimo das teorias das organizações empresariais, como a Gerência da Qualidade Total”. Indica que nos dias que correm há uma polissemia de ideias no que tange ano

termo *qualidade da educação* gerando inúmeras interpretações e *slogans*. Essa defesa ocorre muito mais no plano discursivo, não sendo definida de modo objetivo tendo em vista esclarecer a qualidade proposta para a educação brasileira.

No terceiro artigo, **O espaço da escola na formação continuada de professores: *locus de conquistas ou mera formalidade?***, de Daniele Rorato Sagrillo, Sueli Menezes Pereira e Clarice Zientarski, todas da Universidade Federal de Santa Maria, as autoras propõem uma reflexão sobre a formação continuada de professores em serviço numa Escola Municipal de Santa Maria-RS. Neste caso, a formação continuada é secundarizada frente à burocracia, afetando a autonomia escolar e o atendimento às necessidades coletivas. Presencia-se na escola contradições como o “choque de diferentes elementos com interesses antagônicos”, os quais subordinam a Educação ao Sistema Capitalista de Produção, que, por outro lado, impulsionam transformações quando oferece formação, diálogo, autonomia, participação e leitura crítica da realidade.

No artigo **Propostas de tempo integral: a que se destina a ampliação do tempo escolar?** Marília Gouvea Miranda e Soraya Vieira Santos, da Universidade Federal de Goiás, colocam em questão os fundamentos das propostas governamentais de “ampliação de tempo escolar em curso nas redes de ensino público brasileiro”. Identificam as autoras duas tendências na defesa da implantação dessa política: a prevenção de risco social, impondo funções de assistência social à escola e envolvendo voluntários na oferta das atividades. Concluem discutindo as implicações de tal política, destacando os riscos de descaracterização do papel social da escola, bem como a diminuição da responsabilidade do Estado em relação à Educação Básica.

Alessandra Arce e Janaina Cassiano Silva, da Universidade Federal de São Carlos, discutem, em **O impacto das concepções de desenvolvimento infantil nas práticas pedagógicas em salas de aula para crianças menores de três anos**, a concepção de desenvolvimento infantil na prática pedagógica com crianças de zero a três anos tomando como horizonte teórico a Psicologia Histórico-Cultural. Defendem “o cuidar e o educar de modo associado, imprescindível para a promoção do desenvolvimento psicológico das crianças menores de três anos”. Para elas, as práticas educativas desenvolvidas nas instituições pesquisadas não ultrapassam o desenvolvimento “natural” das crianças, dificultando uma educação infantil que possibilite o desenvolvimento integral da criança e de suas potencialidades “por meio do ensino como uma forma intencional de promovê-lo”.

No texto **Elementos para a prática da avaliação em língua portuguesa**, Lívia Suassuna, da Universidade Federal de Pernambuco, trabalha com a “concepção teórica da linguagem como discurso e a proposta metodológica que articula a leitura, a produção textual e a análise linguística como práticas estruturantes do ensino de língua portuguesa”. Com sua análise pretende mostrar os “princípios norteadores da avaliação da leitura, da produção de texto e da reflexão metalinguística no nível da educação básica”.

História da cidade nas narrativas de jovens escolarizados: a relação entre consciência histórica e identidade, de Geysa Dongley Germinari, da Universidade Tuiuti do Paraná, “aborda a relação entre a consciência histórica de jovens escolarizados que vivem em Curitiba-PR e a História da Cidade, tendo como fonte de análise, narrativas históricas produzidas pelos jovens estudantes”. Fundamentando-se na teoria da história de Jörn Rüsen, conclui que as “narrativas históricas indicaram uma forte influência de determinada ideia de identidade curitibana, identificada com a imagem da ‘cidade-modelo’ de urbanização, na formação da consciência histórica de jovens escolarizados que vivem na cidade”.

Os artigos de demanda contínua discutem, inegavelmente, aspectos fundamentais da escola pública brasileira, seja no âmbito do Ensino Superior, seja no da Educação Básica. Somados aos do **Dossiê de Literatura, Infância e Ensino** oferece ao leitor um campo amplo e aberto de reflexão sobre a educação pública no Brasil, particularmente a oferecida após a década de 1990. Temos certeza de que contribuímos com esse número para a consolidação de uma trajetória de análise e teorização acerca de nosso campo de investigação, tarefa para a qual a *Perspectiva* vem envidando seus melhores esforços.

Convidamos os leitores para examinarem os artigos e verificarem se nosso prognóstico é pertinente.

Diana Carvalho de Carvalho
Olinda Evangelista
Editoras Científicas